



## A DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DEUS: DISCORDÂNCIAS ENTRE PIERRE CHARRON E BLAISE PASCAL

Ricardo Mantovani<sup>1</sup>



**Resumo:** Apesar de Blaise Pascal ter construído toda sua filosofia com vistas a estruturar uma apologia da religião cristã, ele nunca aceitou as famosas demonstrações da existência de Deus propostas pela tradição, não obstante o fato de algumas dessas provas terem sido elaboradas por autores que muito o influenciaram, tal como, por exemplo, Pierre Charron. Assim, num primeiro momento, o presente artigo expõe uma demonstração metafísica da existência de Deus desenvolvida originalmente por Charron em sua própria obra apologética, *Les trois vérités*. Posteriormente, procede-se à investigação dos motivos teológicos e epistemológicos que, presumidamente, demoveram Pascal de endossar a mencionada prova.

**Palavras-Chave:** Pierre Charron. Blaise Pascal. Prova da existência de Deus. Apologética. Cristianismo.

**Abstract:** Although Blaise Pascal constructed his entire philosophy with a view to structuring an apology for the Christian religion, he never accepted the famous demonstrations of God's existence proposed by tradition, notwithstanding the fact that some of these proofs were elaborated by authors who greatly influenced him, such as Pierre Charron. Thus, initially, this article presents a metaphysical demonstration of God's existence originally developed by Charron in his own apologetic work, *Les trois vérités*. Subsequently, it proceeds to investigate the theological and epistemological reasons that presumably dissuaded Pascal from endorsing the aforementioned proof.

**Keywords:** Pierre Charron. Blaise Pascal. Proof of God's existence. Apologetics. Christianity.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela USP e pós-doutor pelo LABÔ-FUNDASP. Atualmente é docente da Faculdade Paulo VI e coordenador do Núcleo de Estudos Medievais e do Núcleo de Estudos de Ateísmo e Apologética, ambos do LABÔ-FUNDASP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3739538509239264> E-mail: [mantovani.filosofia@gmail.com](mailto:mantovani.filosofia@gmail.com)

## 1 Introdução

Em *Limites da Apologia Cristã*,<sup>2</sup> obra na qual me propus a elaborar uma chave de leitura para os *Pensamentos* de Blaise Pascal, investiguei quais teriam sido os motivos que levaram o autor a rejeitar a utilização de qualquer demonstração metafísica da existência de Deus em sua apologética. Sugeri, então, que os motivos de tal recusa podem ser divididos em *teológicos e epistemológicos*.

Os motivos teológicos, como retomarei mais adiante, atingem uniformemente todas as provas metafísicas, pouco importando a forma particular assumida por cada uma: são motivos genéricos o suficiente para, em tese, impugnar todas de uma só vez. Por outro lado, os motivos epistemológicos são mais específicos, sendo que Pascal parece entender que cada uma das tradicionais demonstrações da existência de Deus “não funciona” por uma razão peculiar.<sup>3</sup>

Ainda em *Limites da Apologia Cristã*, expus algumas provas elaboradas por autores lidos por Pascal – particularmente santo Agostinho, santo Tomás de Aquino e René Descartes – e, na sequência, especulei a respeito dos motivos estritamente filosóficos que teriam demovido Pascal de endossar as pretensas demonstrações. Contudo, em nenhum momento, investiguei a(s) causa(s) epistemológica(s) que teria(m) levado o filósofo a não incluir em sua obra a demonstração da existência de Deus desenvolvida por Pierre Charron em seu *As Três Verdades*, livro conhecido pelo autor de Port-Royal. O presente estudo tem por finalidade preencher essa lacuna não contemplada em minhas investigações prévias.

Para levar a cabo a tarefa que me proponho aqui, apresentarei inicialmente a referida demonstração da existência de Deus elaborada por Pierre Charron no capítulo VI do livro I de *As Três Verdades*; na sequência, exporei os motivos teológicos que Pascal tem para rejeitar tal demonstração (motivos esses que, como dito, incidem igualmente sobre toda e qualquer demonstração da existência de Deus); finalmente, investigarei que razões estritamente epistemológicas Pascal teria para fundamentar a ausência de tal prova em sua obra apologética.

---

<sup>2</sup> Ricardo Mantovani, *Limites da Apologia Cristã*. São Paulo, Garimpo Editorial, 2016.

<sup>3</sup> Ainda que alguns argumentos céticos incidam sobre mais de uma prova – como é, por exemplo, o caso do argumento cartesiano do *gênio maligno*.

## 2 A demonstração charroniana da existência de Deus

Pierre Charron (1541-1603) foi um eminente padre católico francês. Advogado quando jovem, se torna sacerdote depois de se decepcionar com a injustiça que regia as instituições da época. Durante sua formação, entra em contato tanto com a Escolástica quanto com a cultura renascentista, de cujo principal representante filosófico – Michel de Montaigne – é amigo íntimo. Também se dedica ao estudo de santo Agostinho, que acaba por moldar decisivamente sua antropologia, tornando-a palatável a autores que, nas décadas seguintes, seriam influenciados, em maior ou menor medida, pelo bispo Jansênio. Apesar de ser mais conhecido pelo *Da Sabedoria* de 1601, é o *As Três Verdades* (*Les Trois Vérités*, de 1595) a obra charroniana que mais nos interessa aqui. De fato, enquanto no primeiro livro mencionado Charron apresenta um caminho para se alcançar uma sabedoria imanente – o que, a meu ver, o configura como uma espécie de “manual de primeiros socorros” leigo para aqueles que, por algum motivo, ainda não tenham alcançado a verdadeira conversão – no *As Três Verdades* o filósofo pretende estabelecer racionalmente as bases da fé católica.

Originalmente, a obra deveria conter somente o que, hoje, constitui sua terceira *verdade* – qual seja, que o catolicismo é, dentre todos os “cristianismos”, o mais correto do ponto de vista doutrinal. Charron foi instado a produzir tal apologia para que, deste modo, se elaborasse uma resposta ao *Traité de l’Église*, escrito em 1578 pelo huguenote Philippe Duplessis-Mornay: livro que então gozava de grande prestígio. No entanto, percebendo um fenômeno que começava a se fazer sensível nas últimas décadas do século XVI (o qual se expandiria surpreendentemente nos séculos seguintes) e que, de maneira um tanto vaga, podemos chamar de ateísmo, o filósofo decidiu escrever também a respeito de duas outras *verdades*, a saber: sobre a existência de Deus (primeira verdade) e sobre a veracidade do cristianismo em detrimento de todas as outras religiões (segunda verdade).

Ora, no primeiro livro de *As Três Verdades* – ou, caso se queira, no livro que versa sobre a primeira *verdade* elencada por Charron –, ao lado de uma exposição já esperada das tradicionais demonstrações da existência de Deus, a qual conta com uma reconstrução bastante ligeira das vias tomistas (cap. VI) e com uma curiosa releitura da prova “ontológica”

de santo Anselmo (cap. VIII), nos deparamos com uma prova que, no meu entender, é inédita na história do pensamento ocidental.

Tal demonstração charroniana da existência de Deus encontra-se no sexto capítulo da *Primeira Verdade*, registrada de modo condensado – e, ousado dizer, de maneira despretensiosa – no parágrafo 9, cujo trecho que nos interessa reproduzo abaixo:

O mundo é um corpo composto e estabelecido por inúmeras peças, as quais se contrapõem. Este mundo é todo marcado por contrariedades encadeadas conjuntamente. Calor e frio, seco e úmido, doce e amargo, liso e áspero, polido e pontudo, forte e fraco: o que não poderia ser sem um compositor primeiro, simples e não composto. O que é composto é por outro, e as coisas contrárias não se podem juntar, nem entrar em acordo e manter-se juntas: pois suas naturezas as levam à destruição mútua. É necessário, pois, um sábio e poderoso que, manipulando-as, as tenha colocado juntas e as mantido desse modo.<sup>4</sup>

A primeira coisa a se entender aqui é o que Charron quer indicar com a lista de “contrariedades” (calor e frio, seco e úmido, doce e amargo, liso e áspero etc.) que, a seu ver, são um elemento central de nosso mundo. Numa palavra, o filósofo parece estar apontando para a heterogeneidade da realidade que nos cerca. A natureza pode ser tudo, menos homogênea. As “partes” que compõem o universo variam quanto à temperatura (“calor e frio”), quanto à composição química (“seco e úmido, doce e amargo”), quanto à forma (“liso e áspero, polido e pontudo”), e quanto à “energia” (“forte e fraco”).

Digno de nota é o fato de Charron sustentar que a mera constatação de tais “contrariedades” já é suficiente para provar a existência da divindade. Por quê? Porque, como lemos, as “coisas contrárias” são levadas à “destruição mútua” por “suas próprias naturezas”. Expresso de outro modo, no trecho citado o filósofo está nos lembrando de que, passado um tempo grande o suficiente (no limite, infinito), toda heterogeneidade dá lugar à homogeneidade – o que nos deixa frente a apenas duas opções: ou a heterogeneidade de nosso mundo é mantida sobrenaturalmente por um ser que não se confunde com ele (hipótese formulada explicitamente por Charron), ou nosso mundo é heterogêneo por ter um passado finito, e, portanto, por ter sido criado por um ser que – uma vez mais – não se confunde com ele (hipótese certamente subentendida por Charron, ainda que não formulada de maneira

---

<sup>4</sup> Pierre Charron, *As Três Verdades*. Cap. VI, §9. São Paulo, Editora Imaculada, 2023, p. 65.

explícita).<sup>5</sup> O central é que, independentemente da hipótese escolhida pelo leitor do apologeta, ele terá que aceitar a existência de um ser que não se confunde com o mundo (ou seja, Deus) – e isto de maneira inelutável, já que aparentemente não há uma terceira hipótese viável.

Note-se que esta demonstração charroniana *a posteriori*<sup>6</sup> da existência de Deus nega, *avant la lettre*, a teoria do eterno retorno de Nietzsche, pelo menos em sua acepção cosmológica. Como se sabe, de um mundo entendido como finito e de um tempo pressuposto como infinito, o filósofo alemão chega à conclusão de que as configurações possíveis do universo se repetem eternamente: “é necessário que todos os desenvolvimentos possíveis já tenham estado aí”.<sup>7</sup> Pierre Charron, por sua vez, não pode aceitar esta ilação, deduzindo – a meu ver, com muito mais razão do que Nietzsche – que, o resultado da equação “mundo finito + tempo infinito” é “mundo homogêneo onde nada mais há por acontecer”, e não “mundo cíclico” como quer o autor de *Assim falava Zaratustra*.<sup>8</sup>

Por ora, retenhamos a conclusão de Charron: ou o mundo tem um passado finito – como sugere sua heterogeneidade presente – e, portanto, o Criador existe, ou o mundo é eterno e sua heterogeneidade é mantida, desde fora, por um ser que com ele não se confunde e, portanto, Deus existe.

### 3 Motivos teológicos da recusa pascaliana das demonstrações da existência de Deus

Como se sabe, Blaise Pascal não incluiu em seu projeto de apologética cristã – contido no que hoje conhecemos como a obra *Pensamentos* – nenhuma demonstração metafísica da existência de Deus. Como veremos mais adiante (quando analisarmos a prova charroniana a

<sup>5</sup> Pierre Charron se mantém fiel à ideia de que um ser temporalmente finito exige uma causa que não se confunda com ele e que, além disso, seja algo mais do que o puro nada: “O mundo, tendo sido feito no tempo (e tendo este um começo ou não), precisa ter tido uma causa eficiente, já que é finito. Ora, toda coisa finita tem como causa uma outra coisa. O que é de si e por si é infinito, e tem tanto ser que não o poderia ter mais” (*As Três Verdades*. Cap. VI, §8. Op. cit., p. 64).

<sup>6</sup> *A posteriori* no sentido em que, a exemplo das vias tomistas, parte de um dado do mundo percebido pelos sentidos: neste caso específico, a heterogeneidade do universo percebida pelo tato, pelo paladar, pela visão etc.

<sup>7</sup> Friedrich Nietzsche, *O eterno retorno*. §1. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1983, p. 387.

<sup>8</sup> A tese nietzschiana do eterno retorno só se mantém por meio da postulação (a meu ver, bastante injustificada) da existência de uma força “eternamente igual e eternamente ativa” que colocaria o mundo espacialmente finito numa infundável dança repetitiva. Cf. Friedrich Nietzsche, *O eterno retorno*. §1. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1983, p. 387.

partir dos pressupostos pascalianos), tudo leva a crer que ele não o fez por encontrar problemas lógicos ou epistemológicos em cada uma delas: ou seja, por acreditar que elas não conseguem demonstrar aquilo que pretendem.

Parece-me, contudo, que mesmo que Pascal acreditasse que estas provas logram demonstrar a existência de Deus, ainda assim continuaria as descartando – e isto por motivos teológicos. Se não, vejamos:

*Quod curiositate cognoverunt, superbia amiserunt* [Aquilo que sua curiosidade os fizera descobrir, sua soberba os fez perder]. É isso que produz o conhecimento de Deus que se obtém sem Jesus Cristo, que consiste em se comunicar, sem mediador, com o Deus que se conheceu sem mediador. (Laf. 190/ Br. 543)<sup>9</sup>

O texto acima é taxativo: se a curiosidade intelectual nos levar até Deus sem que passemos por Jesus Cristo, o perderemos imediatamente após tê-lo encontrado. Aqui, quem fala é o Pascal moralista, caçador das mais inauditas vaidades. Para ele, o ser humano é incapaz de não se vangloriar após uma descoberta tão grandiosa, tal como seria o encontro de seu Criador por meio de uma demonstração erigida pela razão natural. Em suma: se, para o filósofo de Port-Royal, é muito duvidoso que algum raciocínio metafísico prove a existência de Deus, é bastante certo que todo aquele que acreditar ter alcançado o Criador por meio de seu próprio esforço recairá no pecado responsável por nossa expulsão do Éden. Tudo se passa como se, para Pascal, toda demonstração metafísica da existência de Deus fosse uma Torre de Babel: um desafortunado edifício que, construído para nos levar até Deus, não passa de um monumento de nossa presunção.

Isto posto, vejamos o que Pascal ainda tem a dizer sobre as provas da existência de Deus no seguinte trecho do fragmento Laf. 449/Br. 556:

Todos aqueles que buscam a Deus fora de Jesus Cristo e que param na natureza, ou não encontram luz alguma que os satisfaça, ou conseguem formar para si um meio de conhecer a Deus e de servi-lo sem mediador, e por essa via caem, ou no ateísmo, ou no deísmo, que são, ambos, coisas que a religião cristã abomina quase que igualmente.

---

<sup>9</sup> Todas as citações dos *Pensamentos* serão acompanhadas da numeração do respectivo fragmento na edição de Louis Lafuma (Laf.) e na edição de Léon Brunschvicg (Br.) – tendo por referência a seguinte publicação: Blaise Pascal, *Pensamentos*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

Para além do pecado do orgulho, dois novos riscos são agora atrelados às famigeradas provas: o ateísmo e o deísmo. Em primeiro lugar, não há nada mais equivocado e prejudicial do ponto de vista estratégico – ou, mais especificamente, do ponto de vista apologético – do que apresentar, para aqueles que se quer convencer, frágeis demonstrações como se fossem provas cabais: procedimento que não faz senão criar novos descrentes. É precisamente por ter isto em mente que Pascal, no fragmento Laf. 3/Br. 244, faz a seguinte ressalva – a meu ver, não só se dirigindo ao interlocutor libertino, mas também ao cristão cioso da defesa de sua fé:

Mas quê? Não dizeis vós mesmo que o céu e os passarinhos são provas de Deus? Não. E a sua religião não o diz? Não. Pois, ainda que isso seja verdadeiro em certo sentido para algumas almas a quem Deus deu essa luz, é, entretanto, falso para a maioria.

O filósofo reconhece que a famosa prova teleológica – sustentada mesmo hoje pelos defensores do infame *design inteligente* – pode ter algum apelo aos já convertidos, aqueles que possuem uma nova luz dada por Deus, ainda que, ironicamente, só para eles. A bem da verdade, não há motivos para se acreditar que Pascal tinha qualquer outra demonstração metafísica em mais alta conta do que a prova teleológica e, assim sendo, não há motivos para se acreditar que o filósofo via em qualquer uma dessas provas algo mais do que um maquinário ratificador (ou produtor) da irreligião.

Entretanto, o problema propriamente teológico assinalado no fragmento Laf. 449/Br. 556 é o deísmo, já que a ineficácia das provas que acabo de mencionar é de cunho epistemológico, questão à qual ainda voltarei. Supondo-se que as demonstrações metafísicas da existência de Deus funcionassem – e Pascal não pode negar o fato de que muitos estão convencidos de que esse é o caso –, o que, de fato, cada uma delas pretende provar? A prova teleológica almeja provar a existência do Criador/Ordenador do universo; a prova *a contingentia mundi* almeja provar a existência do Ser Necessário; a primeira via tomista almeja provar a existência do Motor Imóvel; a prova agostiniana almeja provar a existência do Ser Eterno e Imutável (ou, caso se queira, da Verdade); a prova ontológica almeja provar a existência do Ser Perfeitíssimo – isto para fazermos referência apenas às mais célebres demonstrações da existência de Deus já desenvolvidas.

Pois bem. Do ponto de vista pascaliano, o que todas estas demonstrações têm em comum? Resumidamente, o fato de abordarem Deus sob vieses inúteis ao ser humano decaído. Está claro que não se trata de negar que o Deus da Bíblia seja o Criador/Ordenador do universo, o Ser Necessário, o Motor Imóvel, o Ser Eterno e Imutável, a Verdade ou o Ser Perfeitíssimo; afinal, Ele é, inquestionavelmente, todas estas coisas. O problema é que o homem pós-lapsário não precisa de um princípio explicativo da realidade. Ele precisa, isto sim, de salvação – a qual só é dada por Jesus Cristo, o Deus Redentor, que não aparece (e nem poderia aparecer) em nenhuma dessas provas.

Por ser um pensador no qual a Queda e suas consequências desempenham um papel devastador, Pascal optará, em seu projeto apologético, por argumentos históricos que visam provar a divindade do Filho de Maria – o cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo – em detrimento de construções racionais que, na melhor das hipóteses, demonstrariam a existência de Deus sem fazer qualquer menção a seu amor por nós. No fim das contas, este é o grande defeito teológico das provas metafísicas da divindade: quando muito, elas nos apresentam um Deus indiferente – o Deus do deísmo –, não nos dizendo nada sobre nosso estado miserável nem sobre a relação pessoal que Ele quer estabelecer conosco.

#### **4 Motivo epistemológico da recusa pascaliana da demonstração charroniana**

Lembremo-nos da estrutura da demonstração elaborada por Pierre Charron no capítulo VI da *Primeira Verdade*. Partindo da heterogeneidade do mundo e da constatação de que, decorrido um tempo suficiente, toda heterogeneidade dá lugar à homogeneidade, Charron nos deixa frente a duas opções: ou a atual heterogeneidade do mundo é mantida por um ser “externo” a ele, ou nosso mundo possui um passado finito, o que exige que tenha sido criado por um ser “anterior” a ele. Em ambos os casos, segundo Charron, cumpre confessar que Deus existe.

Contudo, sustento que Pascal jamais poderia ter aceitado este argumento, justamente por problematizar uma de suas premissas, qual seja: a pretensa finitude espaço-material do mundo. Note-se que, num universo ilimitado, o argumento de Charron não implica a existência de um ser “anterior” a ele, já que sua infinitude física daria conta de explicar sua

heterogeneidade atual – independentemente de tal universo ser ou não eterno. Num mundo infinito, a despeito de quanto tempo transcorra, é possível que sempre haja algo por acontecer.

São relativamente numerosos os textos em que Pascal versa sobre a infinitude do universo, de modo que analisá-los um por um nos levaria muito longe da meta deste breve estudo.<sup>10</sup> De qualquer maneira, cito abaixo um trecho lapidar do memorável fragmento Laf. 199/Br. 72, intitulado *Desproporção do homem*:

Pois afinal o que é o homem na natureza? Um nada com relação ao infinito, um tudo com relação ao nada, um meio entre o nada e tudo, infinitamente afastado de compreender os extremos; o fim das coisas e seus princípios estão para ele invencivelmente escondidos num segredo impenetrável.  
Igualmente incapaz de ver o nada de onde foi tirado e o infinito em que é engolido.

Não quero avançar, aqui, a tese de que, para Pascal, o universo é de fato – em si mesmo – infinito; afinal, como é sobejamente sabido, os filósofos – notadamente os filósofos cristãos – costumam reservar este adjetivo para Deus. Contudo, para minha presente finalidade, basta que se aceite que, para o autor dos *Pensamentos*, a desproporção entre o homem e a natureza é tão abissal que qualquer demonstração da existência de Deus que pressuponha um universo limitado será mal fundada. Se “o fim das coisas e seus princípios” estão “invencivelmente escondidos num segredo impenetrável”, como poderíamos, desta ignorância, extorquir uma prova da divindade?

Se Pascal considerava o universo infinito *em si mesmo*, isto deve ser aclarado por uma investigação mais minuciosa. No entanto, que Pascal considerava o universo infinito *para nós* é um dado inegável – e, vale dizer, suficiente para entender sua recusa da demonstração charroniana.

## 5 Considerações finais

Ao longo deste estudo, tentei explicar a (original) demonstração metafísica da existência de Deus elaborada por Pierre Charron no capítulo VI do livro I de *As Três Verdades*. Ademais, procurei trazer à tona os motivos teológicos que Pascal teria para não

---

<sup>10</sup> Sobre esse tema, cf. João Cortese, *O infinito em peso, número e medida: a comparação dos incomparáveis na obra de Blaise Pascal*. Tese de doutorado, Universidade de Paris 7 – Denis Diderot e Universidade de São Paulo, 2017.

incluir tal prova – assim como nenhuma outra do mesmo gênero – em seu projeto apologético. Segundo minha interpretação do pensamento pascaliano, as demonstrações da divindade: i) acabam por nos afastar de Deus, já que fomentam nosso orgulho; e ii) flertam muito de perto com o deísmo, nos apresentando um Deus inútil para o desvendamento de nossa condição e para nossa salvação.

Ainda de acordo com minha leitura, além destes motivos teológicos (mais do que suficientes) para recusar a demonstração de Charron, Pascal discorda de um dos pressupostos da argumentação do padre francês – a tese da finitude espaço-material do mundo –, o que finca as raízes de mencionada recusa também em solo epistemológico.

Finalizando estas breves linhas, não posso deixar de relativizar os motivos que levam Blaise Pascal a declinar da argumentação de Pierre Charron. Seu medo de que aqueles que “chegam” até Deus através das tradicionais provas incidam no pecado do orgulho parece ser fruto de um excesso de escrúpulos, bem característico da espiritualidade jansenista em que se movia. Por outro lado, seu receio de que as provas que lidam com Deus sem passar por Cristo levem ao deísmo parece cegá-lo para o fato – a meu ver, bastante óbvio – de que quem está convencido da existência de um Criador (ou de um Ser perfeitíssimo, ou de um Ser Imutável, etc.) está muito mais próximo de aceitar a divindade de Jesus do que aqueles que negam qualquer transcendência. Enfim, por mais encantadoras que sejam as considerações de Pascal a esse respeito, cumpre confessar que sua afirmação concernente à infinitude do universo não passa – e, por definição, não poderia passar – de uma hipótese; afinal, o infinito físico não pode ser objeto de qualquer experiência. Ora, é bem verdade que esta última constatação não basta para alçar a demonstração de Pierre Charron ao céu das provas cabais, mas indiscutivelmente lhe garante certa razoabilidade: prêmio nada desprezível quando se trata de investigar o princípio e o fim de todas as coisas.

## REFERÊNCIAS

CHARRON, P. **As três verdades**. São Paulo: Editora Imaculada, 2023.

CORTESE, J. F. N. **O infinito em peso, número e medida**: a comparação dos incomparáveis na obra de Blaise Pascal. Tese de doutorado, Universidade de Paris 7 – Denis Diderot e Universidade de São Paulo, 2017.

MANTOVANI, R. **Limites da apologia cristã**. São Paulo: Garimpo Editorial, 2016.

NIETZSCHE, F. **O eterno retorno**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1983.



